

“O País pode ficar insolvente”

“Se o Brasil não conduzir com firmeza a renegociação de sua dívida externa, de maneira a obter condições de pagamento de acordo com a capacidade do País, em dois ou três anos estará em situação de insolvência.” A afirmação foi feita ontem pelo ministro da Indústria e do Comércio, José Hugo Castelo Branco, após participar de almoço promovido pela Câmara de Comércio e Indústria Japonesa. Salientando que “não há compromisso, se não houver dinheiro para saldar a dívida”, o ministro revelou que “já neste ano o Brasil não terá recursos para fazer frente a seus compromissos externos” (US\$ 12 bilhões) e precisará de cerca de US\$ 4 bilhões de dinheiro novo — novos financiamentos.

José Hugo Castelo Branco citou estudos feitos pelo governo, segundo os quais o País já pagou US\$ 75 bilhões, entre 77 e 86, referentes a juros de financiamentos externos, e afirmou que o Brasil tem argumentos econômicos, jurídicos e morais para tentar uma renegociação dos prazos de pagamento da dívida. Para ele, a cláusula que estabelece a possibilidade de revisão de contratos em caso de alterações nas condições do acordo pode ser utilizada pelo Brasil, pois tanto a situação econômica internacional, quanto a capacidade de pagamento do País naquela ocasião eram diferentes.

Evitando fazer maiores comentários sobre o conjunto de medidas que o governo vem estudando para resolver a situação da crise econômica,



Castelo Branco: renegociar

entre elas a minimoratória — suspensão do pagamento da dívida por determinado período —, José Hugo Castelo Branco disse não se tratar de uma questão de moratória, mas sim de se encontrar uma solução que seja boa para o País e interessante aos credores externos. “O problema da dívida não pode mais ser adiado. O Brasil quer honrar seus compromissos e continuar no mercado financeiro internacional e para isso terá de

renegociar o cronograma de pagamento”, disse.

Durante o almoço, falando a cerca de 200 empresários japoneses, o ministro fez um relato sobre os programas de investimento brasileiros para ampliação da produção de matérias-primas e defendeu a redução da interferência estatal na economia e a “concentração de poder”, fruto de 20 anos de autoritarismo. Qualificando o Estado como mau empresário, o ministro afirmou: “O Estado não deve intervir para alterar as leis de mercado, deve se retirar da atividade econômica e dar condições para a iniciativa privada”. Mais tarde, Castelo Branco disse que falava em tese e que a interferência do governo na economia é plenamente justificada, pois o País vive uma situação casuística, uma fase de transição.

Em face dos problemas que, segundo Castelo Branco, o governo sabe que as empresas vêm enfrentando, como a “inflação altíssima, e custos financeiros insuportáveis, além da questão dos preços”, o ministro anunciou a formação de uma comissão, a nível do MIC, para analisar as dificuldades do setor industrial, desde os pontos de estrangulamento até os aspectos de defasagem em seus preços. “Vamos analisar a fundo e encaminhar relatório com as soluções para os problemas. Se chegarmos à conclusão de que é impossível produzir o preço xis, vamos encaminhar o caso à área econômica do governo, porque ninguém pode produzir com prejuízo”, frisou.